Mostra Científica
FACULDADE CATHEDRAL

MEDIAÇÃO PENAL E DIREITO À REPARAÇÃO: Uma Nova Perspectiva para a Justiça Criminal

João Francisco Moraes Pinheiro Júnior
Graduando em Direito, Faculdade Cathedral de Boa Vista/RR. Curso de Direito
Juniorseagal@hotmail.com

Séfora Gomes Figueiredo Nentwig Silva
Mestra, Faculdade Cathedral de Boa Vista/RR. Curso de Direito
seforanentwig@yahoo.com.br

O presente pré-projeto analisa a mediação penal como instrumento de justiça restaurativa no processo penal brasileiro, investigando sua capacidade de garantir o efetivo direito à reparação da vítima, promover a responsabilização consciente do autor do fato e contribuir para a pacificação social e redução da reincidência. Parte-se da crítica ao modelo retributivo tradicional, que marginaliza a vítima e prioriza a punição estatal em detrimento da restauração das relações abaladas pelo delito. Fundamenta-se nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, intervenção mínima e proporcionalidade, bem como no marco normativo da justiça consensual: Resolução CNJ nº 125/2010, Lei nº 13.140/2015, Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) e Resolução CNJ nº 255/2016, além de diretrizes internacionais (Regras de Tóquio e Declaração de Viena). Destaca-se a implementação prática em Roraima via CEJUSCs, NUPEMEC/TJRR e acordos de não persecução penal. A pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com método dedutivo, revisão bibliográfica (Zehr, Christie, Oliveira, Estefam, Sica, Serpa) e análise documental de legislação, resoluções e relatórios institucionais. Resultados preliminares indicam que a mediação penal recentraliza a vítima, possibilita reparação concreta e favorece a reinserção social, reduzindo a sobrecarga judicial. Contudo, exige formação qualificada de mediadores, voluntariedade real e equidade de acesso. O estudo busca contribuir para a humanização da justiça criminal brasileira, propondo parâmetros para ampliação responsável da mediação penal que conciliem reparação, responsabilização e proteção social, especialmente no contexto roraimense.

Palavras-chave: Mediação penal. Justiça restaurativa. Reparação à vítima. Pacificação social. Acordos de não persecução penal.